

1 **Ata da sessão de audiência pública sobre a concessão florestal da Floresta Nacional de**  
2 **Caxiuanã realizada em 13 de agosto de 2014 em Melgaço, Pará.**

3 Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e catorze, às dezesseis horas e oito minutos,  
4 membros da população local e representantes da sociedade civil e das esferas municipal,  
5 estadual e federal de governo reuniram-se no auditório do Spazzio Show, localizado na rua a rua  
6 7 de Setembro, nº 309, bairro Centro, Melgaço, Pará, para participar de consulta pública  
7 destinada a discutir o pré-edital de concessão florestal da Floresta Nacional (Flona) de  
8 Caxiuanã. O Sr. Wagner Monte, Secretário de Meio Ambiente de Melgaço, convidou os Srs.  
9 Adiel Moura (prefeito de Melgaço), Paulo Ferreira (prefeito de Portel), Marcus Vinicius Alves  
10 (diretor-geral substituto do Serviço Florestal Brasileiro), José Valcir (presidente da Câmara de  
11 Vereadores de Melgaço) e Pedro Barbosa (secretário-executivo da Associação dos Municípios  
12 do Arquipélago do Marajó – Amam) para compor a mesa. Em seguida, passou a palavra ao Sr.  
13 Pedro Barbosa, que agradeceu a presença dos membros da mesa e informou que a concessão  
14 florestal não é uma solução para todos os males, mas um instrumento que pode ajudar a  
15 incrementar o contexto sócio-econômico regional. Parte das serrarias está em Breves e grande  
16 parte da área a ser manejada está em Melgaço e Portel. Há uma possibilidade de melhorar a  
17 condição de vida dos que moram no entorno da Flona de reaquecer a indústria madeireira local.  
18 Acrescentou que objetivo da reunião é a discussão do processo de concessão florestal e a  
19 solução de dúvidas sobre ele. O Sr. Wagner Monte passou então a palavra ao Sr. José Valcir,  
20 que cumprimentou os todos os presentes, expressou alegria em saber que serão discutidos  
21 diversos interesses do município de Melgaço e agradeceu a parceria com as demais autoridades  
22 presentes. O Sr. Wagner Monte acrescentou que espera que as pessoas possam sair com algo  
23 positivo e esclarecedor da audiência. Acredita que as pessoas precisam entender o que vai  
24 acontecer na Flona de Caxiuanã. Passou então a palavra ao Sr. Paulo Ferreira. O Sr. Paulo  
25 Ferreira demonstrou satisfação pela presença de todas as autoridades presentes. Afirmou que  
26 está nessa luta pela realização das discussões sobre a concessão da Flona desde o ano 2000.  
27 Esclareceu que nem tudo o que foi discutido nas outras audiências satisfazia aos anseios da  
28 população e que em Melgaço não será diferente. Mas há um advogado do município de Portel  
29 na audiência pública, para, se for o caso, ajuizar ações para incrementar o edital. Criticou fato  
30 de o Conselho Consultivo não ter participado do Conselho Deliberativo de construção do edital.  
31 Informou que algumas situações tratam de debate jurídico, o que não é o objeto desta reunião.  
32 Agradeceu o convite do Sr. Adiel Moura e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Informou que  
33 estará em Portel para participar da discussão. O Adiel Moura cumprimentou os presentes e  
34 esclareceu que, em Breves, alguns pontos foram levantados e que certas colocações devem ser  
35 fundamentadas. Agradeceu às autoridades e aos demais representantes de algumas associações  
36 presentes. Mencionou sua preocupação com os questionamentos das comunidades que estão  
37 dentro e no entorno da Flona. Afirmou que a discussão precisa ser ampla para atender aos  
38 anseios das comunidades. Acredita que será possível encaminhar, por escrito, questionamentos  
39 ao SFB em setembro. Em seguida, o Sr. Marcus Vinicius Alvessaudou os presentes e  
40 esclareceu que o SFB tem interesse em recepcionar as sugestões e recomendações, não só as de  
41 hoje, mas as de todos os lugares, para aperfeiçoar o processo de concessão florestal. Informou  
42 que: a) as sugestões apresentadas serão avaliadas; b) as sugestões também podem ser realizadas  
43 pelo site do SFB; c) os resultados das análises serão respondidos formalmente; d) um dos maiores  
44 valores do SFB é a transparência e o controle social. Informou que a Comissão Gestão de  
45 Florestas Públicas (CGFlop) é composta por representantes dos três segmentos. Mencionou a  
46 Ouvidoria do SFB, que tem total autonomia e independência. A ouvidora é nomeada  
47 diretamente pela Presidenta da República. Desfez a mesa e convidou o Sr. Luiz César Lima,  
48 gerente-executivo substituto do SFB, para apresentar os principais pontos da minuta de edital de  
49 licitação para concessão florestal. Inicialmente, o Sr. Luiz César Lima saudou a todos,  
50 agradeceu pela presença na audiência e apresentou a equipe do SFB que estava trabalhando no  
51 evento: a Sra. Valéria Araújo na redação da ata; a Sra. Soraya Jennings no auxílio à  
52 apresentação; a Sra. Evie Negro na assessoria de imprensa; o Sr. Marcelo Melo, servidor da  
53 Unidade Regional do SFB em Santarém/PA. Indicou que a lista de presença encontrava-se com  
54 o Sr. Marcelo Melo. Logo após, apresentou os dispositivos legais que amparam as concessões

16923/2014



55 florestais: a lei 11.284/2006 (“Lei de gestão de florestas públicas” – LGFP), o Decreto  
56 6.063/2007, que a regulamenta, e a lei 8.666/1993 (“Lei Geral de Licitações”). Informou os  
57 objetivos principais LGFP são: a) combater a grilagem de terras públicas e a violência no  
58 campo; b) combater o desmatamento em terras públicas; c) gerar benefícios para a sociedade; e  
59 d) conservar as florestas. Apresentou o conceito de concessão florestal insculpido na lei  
60 11.284/2006 e explicou, brevemente, alguns de seus principais elementos, entre os quais  
61 “delegação onerosa”, “manejo florestal” e “licitação”. Informou que, segundo a LGFP, o prazo  
62 de duração do contrato de concessão florestal é de 40 anos. Logo após, destacou a geração de  
63 benefícios econômicos, sociais e ambientais oriunda das concessões florestais. Esclareceu que a  
64 concessão florestal não inclui: a) a titularidade imobiliária, b) os direitos sobre o subsolo, c) os  
65 direitos sobre a biodiversidade, d) os direitos sobre os serviços ambientais (inclusive crédito de  
66 carbono) e e) o direito de realizar caça e pesca. Afirmou que, se fosse o caso, o concessionário  
67 deveria solicitar cada uma dessas licenças ou autorizações aos respectivos órgãos competentes.  
68 Ademais, o Sr. Luiz César Lima indicou os principais benefícios da concessão florestal: a)  
69 segurança jurídica; b) segurança fundiária; c) ordenamento da atividade madeireira; d) atração  
70 de investimentos na criação e revitalização do parque industrial; e) incentivos à capacitação da  
71 mão-de-obra local; f) aumento da arrecadação municipal, estadual e federal; g) garantia de  
72 manutenção da floresta e fortalecimento da gestão das florestas públicas; e h) geração de  
73 empregos e renda na região. Em seguida, informou que: a) a Floresta Nacional de Caxiuanã foi  
74 a primeira Flona criada na Amazônia; b) o Plano de Manejo da Unidade de Conservação foi  
75 aprovado pela Portaria 141 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
76 (ICMBio); c) a área total da Flona é de 322.869,00 ha; d) sua área potencial para concessão  
77 florestal é de 183.695,70 ha; e) a Flona de Caxiuanã está integralmente localizada nos  
78 municípios de Portel e Melagão; f) não há conflitos entre populações tradicionais na Flona; g)  
79 na Floresta Nacional de Caxiuanã está localizada a Estação Científica Ferreira Penna; e h) a  
80 principal logística é realizada por via fluvial, mais barata, em regra, do que a via rodoviária na  
81 região amazônica. O Sr. Luiz César Lima enumerou os requisitos para a publicação do edital de  
82 concessão florestal: a) a publicação do Decreto da criação da Unidade de Conservação (Decreto  
83 Federal 239/1961); b) a existência do Plano de Manejo da Unidade de Conservação (PMUC),  
84 aprovado pela Portaria 141 do ICMBio; c) a inclusão da Flona no Plano Anual de Outorga  
85 Florestal (PAOF) 2014. Já que todos esses requisitos foram cumpridos, a Flona de Caxiuanã  
86 pode ser submetida a processo de licitação para concessão florestal. Informou que os produtos  
87 que podem ser manejados pela concessão são madeira em tora, material lenhoso residual da  
88 exploração e produtos florestais não madeireiros. Mencionou que, entre outros, os seguintes  
89 produtos somente podem ser explorados após autorização do SFB, que avaliará a  
90 compatibilização de seu uso comercial com o seu uso pelas populações tradicionais e pelas  
91 comunidades locais: palmito e fruto do açaí; todos os produtos das demais palmáceas, fruto da  
92 castanha do Pará. Enumerou que podem participar da concorrência pública: empresas,  
93 associações de comunidades locais, cooperativas e organizações da sociedade civil de interesse  
94 público (Oscips). Acrescentou que todos os licitantes precisam ter sede e administração no  
95 Brasil. Em seguida, explicou como acontecerá a avaliação do processo licitatório: o licitante  
96 será pontuado com base na proposta técnica, que vale, no máximo, 500 pontos, e na proposta de  
97 preço, cuja pontuação máxima também é de 500 pontos. Será declarado vencedor da licitação  
98 quem conseguir a maior pontuação no somatório das propostas técnica e de preço. Indicou que a  
99 fase de habilitação exige que o concorrente seja “ficha limpa”, pois entre os documentos que  
100 devem ser apresentados na fase de habilitação são exigidos os que demonstram regularidade  
101 ambiental, fiscal, trabalhista, jurídica e qualificação técnica. Mencionou os documentos  
102 obrigatórios para os participantes sob forma de consórcio: comprovação de compromisso da  
103 constituição do consórcio, documento indicando a empresa líder, documentos referentes à  
104 habilitação, à capacidade técnica, à idoneidade financeira e à regularidade jurídica e fiscal de  
105 todos os participantes do consórcio. Afirmou que o consórcio pode constituir uma única  
106 empresa para gerir o contrato e que a empresa líder será responsável técnica e legal por todos os  
107 atos praticados pelo consórcio. Apresentou o zoneamento ambiental da Flona aprovado pelo  
108 PMUC. Em seguida, o Sr. Luiz César Lima apresentou a proposta inicial de unidades de manejo  
109 florestal (UMFs) e suas respectivas áreas. Afirmou que a lei de gestão de florestas públicas



110 exige a presença de, pelo menos, uma UMF pequena em cada lote submetido ao processo  
111 licitatório, e que o conceito de UMF pequena está no Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF).  
112 Segundo o PAOF 2014, UMF pequena é aquela cuja área tem no máximo 40 mil hectares.  
113 Ademais, informou o preço mínimo do edital, a partir do qual os interessados devem apresentar  
114 a proposta de preço: R\$ 75,00 por metro cúbico de madeira manejada. Discorreu sobre os  
115 critérios de precificação, os quais englobam, entre outros fatores: uma pesquisa de preço nas  
116 madeiras localizadas em um raio de até 150 km da Flona, b) os custos de logística e c) os  
117 custos de produção do empreendedor. Esclareceu que proposta técnica é o compromisso que o  
118 licitante assume no processo de concessão florestal. Informou que os 500 pontos da proposta  
119 técnica estão distribuídos entre quatro critérios exigidos pela lei de gestão de florestas públicas:  
120 a) ambiental, b) social, c) de eficiência e d) de agregação de valor. O critério de agregação de  
121 valor é o que possui a maior pontuação, pois destina-se a manter a riqueza na região. Informou  
122 que os indicadores bonificadores permitem um desconto no preço que o licitante se  
123 comprometeu a pagar pela madeira manejada, e que a bonificação será aplicada somente se  
124 houver ágio em relação ao preço mínimo do edital. Discorreu sobre cada um dos indicadores  
125 bonificadores: a) grau de processamento local do produto; b) investimentos na proteção da  
126 UMF; c) geração de empregos; d) capacitação dos empregados; e) implantação e manutenção de  
127 sistema de gestão da qualidade, responsabilidade social, e saúde e segurança do trabalho; f)  
128 aproveitamento de resíduos; e g) implantação e manutenção de sistema de gestão de qualidade  
129 na indústria. Em seguida, versou sobre a distribuição dos recursos oriundos das concessões  
130 florestais: o Valor Mínimo Anual (VMA) e a divisão da parcela restante, denominada “demais  
131 valores”. Detalhou que a distribuição legal dos valores oriundos da concessão florestal, excluindo  
132 o VMA, acontecerá da seguinte maneira: a) 40% para o ICMBio, b) 20% para o estado do Pará,  
133 c) 20% para os municípios de Portel e Melgaço e d) 20% para o Fundo Nacional de  
134 Desenvolvimento Florestal (FNDF). O Sr. Luiz César Lima acrescentou que o concorrente  
135 precisa de uma garantia de proposta que deve ser apresentada junto com a documentação de  
136 habilitação. A garantia pode ser executada quando: a) a proposta for retirada dentro do prazo de  
137 validade; b) não forem cumpridas as obrigações previstas no instrumento convocatório; c)  
138 houver, por parte da adjudicatária, recusa em celebrar o contrato. A devolução da garantia pode  
139 acontecer em 15 dias após a conclusão da fase de habilitação, para os licitantes inabilitados, ou  
140 após 15 dias depois da assinatura do contrato, para os demais licitantes. A comissão de licitação  
141 analisará a documentação. O Sr. Luiz César Lima ainda mencionou o valor da garantia para  
142 cada UMF. Logo após, explanou sobre a garantia de execução do contrato, exigida na lei de  
143 florestas públicas e na lei geral de licitações. Garantia de execução do contrato corresponde a  
144 60% do valor de referência do contrato e deve ser apresentada em 3 fases, sendo: a) 30% na  
145 assinatura do contrato, b) 30% dez dias após a homologação do PMFS e c) 40% dez dias após a  
146 aprovação do segundo Plano Operativo Anual (POA). A execução da garantia de contrato dar-  
147 se-á nos seguintes casos: a) rescisão contratual; b) inadimplência das obrigações financeiras; c)  
148 condenação da concedente por atos de responsabilidade do concessionário; d) ressarcimento de  
149 valores de multas e indenizações. Ademais, informou que as modalidades de garantia são: a)  
150 caução em dinheiro, b) caução em títulos da dívida pública, c) seguro-garantia e d) fiança  
151 bancária. Em seguida, informou que os custos do edital devem ser ressarcidos pelos  
152 concessionários na proporção da área de suas respectivas UMFs. Acrescentou que o pagamento  
153 dos custos do edital pode ser realizado em até quatro parcelas trimestrais de igual valor, e que a  
154 primeira parcela deve ser paga três meses após a assinatura do contrato. Destacou que empresas  
155 de pequeno porte, microempresas e associações de comunidades locais estão isentas do  
156 pagamento dos custos de edital. Por fim, o Sr. Luiz César Lima agradeceu a todos pela atenção,  
157 informou que a apresentação estava encerrada e colocou-se à disposição para responder a  
158 quaisquer dúvidas apresentadas pelos presentes e para anotar toda e qualquer sugestão  
159 realizada. Acrescentou que os documentos de apoio estão disponíveis no sítio eletrônico do SFB  
160 ([www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br)). O Sr. Marcus Vinicius Alves solicitou que quem quisesse esclarecer  
161 suas dúvidas se identificasse. O Sr. Márcio Moraes questionou por que seria realizada audiência  
162 pública em Porto de Moz. Questionou se a população de Melgaço e Portel será beneficiada com  
163 emprego e se seria possível priorizar as empresas locais. O Sr. Marcus Vinicius Alves esclareceu  
164 que o governo federal tem interesse em permitir que o debate seja o mais amplo dentro dos



recursos disponíveis. Por lei, apenas precisariam ser realizadas audiências em Portel e Melgaço, mas o governo federal pretende ampliar ao máximo a discussão sobre concessão florestal. Afirmou que as audiências são um espaço de debate com a sociedade e que é importante para o SFB ouvir o maior número de pessoas. Em relação às comunidades, deixou claro que a experiência que se tem no próprio Pará demonstra que é inevitável a contratação de mão de obra local e que alguns pontos do edital induzem a isso. O SFB enxerga essa oportunidade como um trampolim de desenvolvimento a partir de uma floresta pública. Acrescentou que, em relação às empresas, o SFB tem que seguir as leis, então não se pode criar nenhum tipo de barreira à livre competição. A Sra. Geilda Barros questionou se, após a licitação, as empresas ainda serão fiscalizadas para averiguar se continuam “ficha limpa”, se haverá cobrança de impostos sobre a madeira manejada e se esse recurso será revertido para a comunidade do entorno da Flona ou para a sede do município. O Sr. Marcus Vinicius Alves mencionou que o governo federal repudia veementemente o trabalho escravo e que não há, pelos mecanismos de controle da concessão florestal, espaço para o trabalho escravo. A concessão florestal está sujeita a três formas de fiscalização e de controle de entes independentes e autônomos, cada um em sua área de atuação. Essas ações de monitoramento são coordenadas e às vezes se sobrepõem. Asseverou que o grau de controle existente é muito grande e convidou os interessados a conhecer as concessões já realizadas, cujas informações estão disponíveis no sítio eletrônico do SFB. Acrescentou que não houve até hoje nenhuma conduta fora dos limites da lei. Gostaria de tranquilizar a população quanto a essa questão, pois o que se tem com as concessões é a geração de empregos formalizados e a capacitação dos trabalhadores pelo concessionário. Explicou que os editais são desenhados para estimular a agregação de valor no local. Uma vez que isso acontece, gera-se arrecadação de impostos para o município. Enfatizou que as florestas não podem resolver todos os problemas do país, mas podem contribuir para o desenvolvimento econômico. Essa é uma grande oportunidade para os municípios que têm floresta, já que o que se espera é que o desenvolvimento aconteça ao redor dela. Informou que, mesmo após o ciclo de audiências, o SFB estará recebendo sugestões e contribuições para enriquecer o processo. O professor Hélio Pena Baia informou não saber qual o critério adotado para a mobilização sobre a audiência em Melgaço. Considera que o município deveria ter sido representado por muito mais pessoas e que os recursos naturais não devem ser vistos como um santuário. Acrescentou que gostou do edital. Questionou sobre a forma por meio da qual acontecerá o acompanhamento do controle social da concessão. Perguntou ainda sobre a participação do estado, municípios e sociedade nesse controle. Além disso, quis saber sobre o comitê que envolve membros de todos os segmentos da sociedade. Questionou se há um compromisso das empresas com a valorização dos saberes locais das comunidades envolvidas, um compromisso social. Informou que Breves e Portel já sofreram prejuízos por explorações empresariais passadas. Considera que o preço ou os impostos deveriam ser globais, pois as madeiras agregam diferentes valores. Argumentou ainda que os impostos deveriam ser equivalentes ao valor no mercado internacional. Perguntou também se haverá uma prorrogação do contrato após os 40 anos. O Sr. Marcus Vinicius Alves respondeu que os gestores do governo reconhecem o papel das comunidades para o conjunto de políticas públicas e que é importante que todos dêem sua contribuição, mas a floresta é nacional e, por lei, cada contrato um é gerido de forma diferenciada. Explicou que o SFB estava trazendo, por meio das audiências, um conjunto de informações de uma política que o órgão está incumbido de implantar. Entretanto, muitas das coisas questionadas demandam vontade dos legisladores. O Sr. Helio Pena Baia argumentou que o valor da virola não é o mesmo da sucupira e que o município perde quando se globaliza o valor. Não sabe até que ponto essa proposta avançaria juridicamente. O Sr. Marcus Vinicius Alves esclareceu que existem hoje, na Amazônia, mais de 300 espécies catalogadas, com preços diferenciados, razão pela qual o SFB realiza uma pesquisa de mercado em um raio econômico de 150 km da área a ser licitada. Essa pesquisa gera valor de mercado por espécie. Usam-se metodologias para agrupar essas espécies de forma a chegar a um valor de preço único. O preço de venda é questão do negócio. Nenhuma lei conseguirá intervir nesse nível no mercado. O SFB segue todos os controles sociais que a lei impõe, entre os quais: o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, disponibilizado anualmente no sítio eletrônico do SFB, e a Comissão de Gestão de Floresta Públicas. O Sr. Helio Pena Baia questionou se os municípios de Melgaço e Portel participarão



220 dos comitês. O Sr. Marcus Vinicius Alves respondeu que os interessados têm que buscar sua  
221 participação nesses comitês, mas que isso é alheio à competência do SFB. Não se pode esquecer  
222 que a floresta é nacional, então o processo de governança ocorre no âmbito federal. O Sr.  
223 Hélio Pena Baia perguntou sobre tempo contratual. O Sr. Marcus Vinicius Alves ratificou que a  
224 lei estabelece que o tempo de duração do contrato é improrrogável. O Sr. Afonso Resende,  
225 professor de Melgaço, afirmou que, nessa audiência pública, não viu ninguém da Flona e que as  
226 pessoas que moram na Flona deveriam ser informadas sobre as concessões. Acrescentou que  
227 não deve ser generalizado o preço da madeira. O preço da madeira varia muito. Ele defendeu a  
228 idéia de que deveria haver uma tabela de preços. Afirmou que não deveria ter havido a  
229 audiência pública, porque todo o material já chegou pronto. Não crê que acontecerá que foi  
230 proposto. Pensa que sempre vai acontecer o que já aconteceu. Considera que a audiência pública  
231 só veio para informar o povo sobre o que já foi decidido. O Sr. Marcus Vinicius Alves discordou  
232 veementemente que quem vai chegar lá fará o que quiser, pois não é essa experiência que já se  
233 tem com as concessões florestais já realizadas. Esclareceu que a audiência pública é consultiva.  
234 O SFB está apresentando uma proposta e está completamente aberto a sugestões, desde que  
235 sejam propostas fundamentadas. A proposta que foi apresentada é fruto de anos de trabalho.  
236 Essa não é a primeira concessão e já houve situação em que o processo foi questionado no STF,  
237 e o SFB foi o vencedor nessa ação. As sugestões apresentadas nas audiências públicas precisam  
238 ser técnica e juridicamente justificáveis. O Sr. Afonso Resende indagou sobre a metodologia  
239 para a precificação da madeira. O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que os critérios podem ser  
240 apresentados, mas não todos os preços, pois cada um tem que elaborar os detalhes de suas  
241 propostas. O Sr. Afonso Resende afirmou que os projetos são realizados para beneficiar as  
242 madeiras e destruir a comunidade local. O Sr. Marcus Vinicius Alves justificou que tratava-se  
243 de diferenças ideológicas. O Sr. Manoel Vieira questionou sobre quem estaria à frente do  
244 Conselho Consultivo. Acredita que essa concessão não deveria ser discutida da forma que  
245 estava sendo, pois a sociedade deveria ter sido chamada a expor seu ponto de vista. Informou  
246 que seu objetivo é saber o tamanho da população de pescadores que está representando.  
247 Comunicou que participou da discussão em Caxiuanã. Afirmou que deve ser excluído do edital  
248 o que vai prejudicar a população local. Perguntou o que irá sobrar pra quem discutiu primeiro.  
249 Não viu na apresentação as organizações (ICMBio), estados, municípios e FNDF) que vão  
250 discutir o percentual que cabem a elas. Indagou sobre a forma como será administrado o  
251 recurso. Informou que não quer que aconteça o que está acontecendo em Belo Monte, em que o  
252 que foi acordado não está sendo cumprido. Acredita que a pauta já veio preenchida para ser  
253 discutida, mas outras coisas devem ser discutidas também. O Sr. Marcus Vinicius Alves  
254 concordou que o processo está acontecendo para a discussão. Afirmou que trata-se de um longo  
255 processo e que já foi discutido no âmbito do Conselho Consultivo da Flona. A concessão  
256 florestal somente pode acontecer depois da aprovação do PMUC, o qual é democraticamente  
257 debatido. É importante o conselho municipal de meio ambiente participe das discussões de uso  
258 dos recursos das concessões. Todas as instâncias de participação social foram convocadas,  
259 inclusive oficialmente. O Sr. Wagner Monte de Melgaço iria receber recursos oriundos das  
260 UMFs I e II, já que UMF III estaria apenas em Portel. Questionou também a forma por meio da  
261 qual esses recursos serão enviados ao município. O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que  
262 serão remetidos para a conta do município, dentro do orçamento. O Sr. Wagner Monte indagou  
263 se esses recursos deverão ser acompanhados pelo Conselho de Meio Ambiente. O Sr. Marcus  
264 Vinicius Alves respondeu afirmativamente. O Sr. Wagner Monte afirmou que a Estação  
265 Científica depende de doações e questionou se uma parte dos recursos destinados ao ICMBio  
266 poderia ser encaminhado à estação de pesquisa. Perguntou quem fiscalizará a concessão  
267 florestal. Acrescentou que a fiscalização no Marajó é falha e que, na estação, encontram-se  
268 apenas dois técnicos sem recursos e com recursos eles poderiam fiscalizar. Comunicou que isso  
269 precisa ser esclarecido. Informou que o PMUC foi aprovado pelo ICMBio, mas não foi  
270 implementado. Dentro da Flona, existem cinco comunidades, com aproximadamente  
271 quatrocentas pessoas. Questionou se a empresa terá disponibilidade de treinar as pessoas para  
272 trabalhar na área. O Sr. Marcus Vinicius Alves respondeu que a divisão dos recursos é  
273 proporcional à área outorgada no município, de acordo com a lei. Os recursos serão transferidos  
274 do orçamento federal para o município. O Conselho Municipal de Meio Ambiente participa da



gestão dos recursos. A legislação não permite transferência direta para a estação de pesquisa. O monitoramento dos contratos de concessão é feito pelo SFB e, no que compete, pelo Ibama e pelo ICMBio. Esse monitoramento tende a ser cada vez mais tecnológico, evários testes de campo por laser e veículos aéreos não tripulados vêm sendo realizados. O Sr. Wagner Monte esclareceu que essa é uma preocupação geral, pois o ICMBio é deficiente na região e não há escritório do Ibama em Breves. Acrescentou ainda que já levou denúncias à Flona, mas nada foi feito por falta de recursos. O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que a concessão florestal somente pode ser realizada após a aprovação do PMUC, e que isso já foi feito. Esclareceu que não pode assumir compromissos, mas que os empregados que serão contratados devem ser capacitados. O edital é desenhado para privilegiar o emprego local, mas não tem como se obrigar isso. O Sr. Gilberto de Nadal informou que o assunto está interessante. Comunicou que, como membro do Conselho Consultivo da Flona de Caxiuanã, sentiu a falta da presença da comunidade, talvez por falta de informações ou de convite. Acrescentou que o Conselho entende como uma falha a falta de participação da comunidade. Mostrou-se preocupado uma vez que o pré-edital foi publicado sem consulta prévia ao Conselho Consultivo. Explicou que o processo devia ser mais transparente, que devia ter chegado às mãos do Conselho Consultivo antes da discussão. Acrescentou que a diferença de preço poderia ser alterada. Afirmou que o preço de 75 reais por metro cúbico é um dos maiores aplicados hoje em concessão pública. Informou que foram contratados técnicos para analisar as informações transmitidas nas audiências, desde a primeira em Belém, para a elaboração de uma fundamentação para a proposta escrita a ser enviada ao SFB. Apresentou dados sobre a arrecadação do município de Melgaço com a concessão. Informou que existe um plano para as comunidades explorarem seu manejo. A Sra. Ivanilde, técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Melgaço, acredita que há falhas do Conselho e afirmou que a última reunião do Conselho Consultivo da Flona foi realizada em julho de 2013. Em Melgaço, houve um esforço para contatar as comunidades para participarem das audiências, mas para elas a concessão ainda não é bem vista. Informou que a criação de empregos vai beneficiar poucos, pois o grau de instrução da maioria dos trabalhadores não é alto. Perguntou se a consulta ao mercado aconteceu em nível nacional. Indagou por que a pesquisa de preço foi realizada apenas a um raio de 150 km da Flona. Perguntou se é possível a subcontratação para o manejo de produtos não madeireiros e o motivo pelo qual eles não são considerados na concessão. Indagou se há possibilidade de garantir esses produtos para as comunidades que vivem disso na Flona. O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que a pesquisa no raio de 150 km reflete o preço do mercado local, pois a intenção é que seja agregado valor ao produto no município. Todas as informações são usadas na modelagem de preço. Existe um conjunto de vedações legais em relação aos produtos não madeireiros. Quem considerar que existem outros produtos que devem entrar na lista deve procurar o SFB. Solicitou esclarecimento sobre a exploração sexual com as balsas. A Sra. Ivanilde explicou que a população ribeirinha vive do extrativismo e muitas famílias oferecem suas crianças para seu sustento, motivo pelo qual o aumento do fluxo das balsas pode favorecer o aumento da prostituição infantil. Os impactos negativos serão em todo o percurso das balsas. O Sr. Marcus Vinicius Alves solicitou que essa demanda fosse formalizada, para que fosse possível a formulação de algum mecanismo que possa comprometer o concessionário a atuar nessa situação. A presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Melgaço questionou qual seria a metragem mínima permitida para que a madeira seja extraída. O Sr. Marcus Vinicius Alves explicou que o diâmetro mínimo e a volumetria máxima estão apresentados na normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O Sr. Marcus Vinicius Alves agradeceu a presença de todos e afirmou que não é necessário comparar as audiências. Comunicou que os cuidados que cercam as concessões florestais são peculiares. Informou que o processo não se encerraria naquele momento, que continuaria em fase de consulta pública, de modo a recolher as propostas durante todo o mês de agosto, uma vez que objetiva-se concluir até o final do ano a publicação do edital. Encerrou a audiência às 19h04. Nada mais havendo a tratar, eu, Valéria Ferreira de Araújo, analista ambiental da Gerência-executiva de Concessão Florestal do Serviço Florestal Brasileiro, lavrei a presente ata.

*Valéria F. de Araújo*

Valéria Araújo  
Analista Ambiental  
Mat. 1672434  
GECOF/SFB/MMA